



COMDEMA

## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATA

REUNIÃO ORDINÁRIA 07 / 2015-2016

Bauru, SP 28 de agosto de 2015.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, no Centro de Educação Ambiental do Horto Florestal, reuniram-se os conselheiros: Alessandra Pinezi – EMDURB; Alfredo Neme Neto – ASSENAG; Adriana dos Santos Queiroz – SAGRA; Dorival Coral – USC; Flávia V. Figueiredo – CETESB; Gerson L. A. Pinheiro – ASTEN; Giselda P. Giafferis - DAE; Jandira L. B. Talamoni - UNESP; José Pili Cardoso – Vidágua; José Brazoloto - ABES; José Arimatéia R. Machado - IF; Jonathos P. Siqueira - BATRA; Klaudio Cófani Nunes - CIESP; Leandro Marcomini - Pol.Ambiental; Livia B. Santos - DAE; Luiz H. Paula – FF; Marcela Bessa – SMOP; Renato T. Delgado – CATI; Ricardo R. Rocha – CREA; Rubens Sergio V. Domingues – DAEE; Sirlei S. P. Campos – SME; e Thiago Bianconi – IBAMA. Também estiveram presentes: Ariane Guimarães – Lotus Jr. UNESP; Fernanda Santos – Lotus Jr. UNESP; Gilda Scalfi – SEMMA; Luiz Fernando Azevedo – SEMMA; Richard Apolonio – FIB; Rodrigo Agostinho – Prefeito Municipal de Bauru; Teresa Mastrangelli – ECO Jardim Bauru; e Thiago Nishida – Lotus Jr. UNESP. Justificaram ausências: Fernando C. Pegorin – SECOVI; Mayra Fernandes da Silva – OAB; Mario Kanabara – ASTEN; Maura S. Assunção - BATRA; Paulo C. F. Burgo – IAB; e Thiago F. Martins – SECOVI. Trataram-se dos seguintes assuntos: **1.** Apresentação Parques Lineares e Naturais – Exmo. Prefeito; **2.** Apresentação das Diretrizes Programa Município Verde Azul- SEMMA; **3.** Eleição Conselho Municipal de Transparência e Controle Social (17/ago/15); **4.** Pauta livre. Dando início às atividades às 8h48, toma a palavra a Sra. Alessandra Pinezi, que deseja bom dia a todos e informa que em função da ausência da atual presidente deste Conselho, Sra. Mayra (por motivos de viagem), presidirá, na condição de vice, a sessão de hoje. Passando para o primeiro item da pauta, passa a palavra ao Sr. Prefeito Municipal Rodrigo Agostinho, o qual inicia sua explanação sobre Parques Lineares e Naturais de Bauru, fazendo um histórico sobre o processo de instituição das unidades de conservação no Brasil. Segue fazendo um

COMDEMA



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

histórico da instituição das UC dentro do município de Bauru, de 1950 até hoje, explicando por meio das legislações o significado de cada uma. Cita o primeiro Plano Diretor do município, de 12 de setembro de 1996 (Lei 4126) lei pela qual criou-se as APA's, relatando que nesta oportunidade houve um processo de demarcação destas áreas. Informa que diante da verificação de que alguns fragmentos públicos e privados na cidade se encontravam desprotegidos, aproveitou-se a revisão do Plano Diretor (o que se deu em 22 de agosto de 2008 com a promulgação da Lei 5631), para dar início à criação dos parques. Cita como exemplo a mata inserida no Núcleo Mary Dotta. Segundo o prefeito, esta área deveria ter sido reservada, mediante averbação. Como isso não ocorreu, criou-se o Decreto para reservar a área como parque, criando-se também mais seis ARIES. Explica que o Plano Diretor passou a chamar as Unidades de Conservação de Parques Lineares. Já os Fundos de Vale e as APM (áreas de proteção de manancial) passaram a chamar-se Áreas de Interesse Ambiental. Explica sobre as categorias de UC contidas na Lei do SNUC, e comenta que na sua opinião, o que incomoda muita gente, é a prerrogativa de criação das UC por ato do poder público, dispensando-se, portanto, uma Lei. Esclarece que a Lei do SNUC exige a realização de consulta pública para a criação de Unidades de Conservação, mas não de audiência pública, o que é diferente. Esclarece que os últimos decretos de criação de parques no município de Bauru foram precedidos por consulta e aprovação do COMDEMA, o que foi julgado suficiente. Explica que quando havia doação de áreas (fragmentos) eram feitos levantamentos de flora e fauna (de forma bem básica) que passavam por consulta pública pelo COMDEMA, onde eram aprovados ou não. Ressalta que a única área que não passou por consulta pública foi a do Lago Sul, oportunidade em que o proprietário doou a floresta existente no local, sendo referida área aprovada pelo COMDEMA como sendo área verde, e, por motivos alheios ao seu conhecimento, quando do fechamento do empreendimento junto ao município, o proprietário doou a "lagoa", fato este não observado na época. Informa que o município está preparando outros decretos neste momento, porque recebeu algumas áreas verdes, como por exemplo no Jd. Manchester, Jd. Europa (que será usada para um projeto habitacional carente), a Floresta Urbana e mais algumas áreas verdes de loteamentos, que serão transformadas em parques. Quanto a Lei das APA's de Bauru, cita que as mesmas estão sendo alvo de questionamento em via judicial. Como exemplo, cita a APA do Rio Batalha e o caso envolvendo o Residencial Pamplona. A alegação é de que a lei é inconstitucional. O Prefeito esclarece que nestes casos, é necessário aguardar um posicionamento final do judiciário antes de se tomar qualquer providência. Sobre o conceito de consulta pública, explica que os arts. 74, 75 e 79 do Plano

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones.]*



COMDEMA

## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diretor de 2008 separaram os parques naturais dos parques lineares. Que o parágrafo 1º do art. 4º dispõe sobre o que é a consulta pública, prevendo a possibilidade de que a audiência pública seja realizada por meio de reunião pública do Conselho Ambiental. Que no passado os parques foram criados desta forma, e que as do Plano Diretor foi por meio de audiência pública feita na Câmara Municipal. Defende que hoje as consultas públicas sejam realizadas por meio de audiências públicas. Como exemplo, cita a intenção do Governo do Estado de demarcar as áreas prioritárias à conservação, citando que a primeira audiência pública a este respeito, realizada em Bauru no ano passado, ensejou uma discussão não muito preparada, o que resultou na reavaliação pelo Governo do Estado. Que a este respeito, uma das áreas polêmicas foi a pertencente à Tilibra, demarcada como área de cerrado. Informa que o município fez um acordo com a empresa doando a esta outra área já degradada, liberando-se aquela área para proteção. Informa que o Plano Municipal para Conservação da Mata Atlântica incluiu o cerrado de Bauru, ressaltando que o lançamento está marcado para o dia 09 de setembro, no Jardim Botânico (período da tarde), em comemoração ao Dia do Cerrado, oportunidade em que a Sra. Secretária do Estado de Meio Ambiente estará presente. Esclarece que na mesma oportunidade será entregue uma cópia do projeto à Secretária e à Presidente do COMDEMA para avaliação. Assim termina sua explanação e se coloca à disposição para responder a eventuais perguntas. Sr. Renato (CATI) pergunta se o parque linear não é considerado uma unidade de conservação. Rodrigo responde que parque linear é igual ao parque natural, normalmente tem áreas degradadas e podem ter alguns usos. Explica também que nos mapas da Prefeitura não constavam as barragens que estão previstas em fundos de vale e portanto estavam autorizando construção nestes locais, muito próximo do rio, mas agora já constam. Sr. Dorival diz que a Câmara Técnica de Recursos Naturais (CTRN) iniciou um levantamento de toda a parte de documentação para caracterizar e visitar os parques e dar uma orientação e que de qualquer forma sabe que Bauru está a frente de outras cidades nesta questão, que nos slides da apresentação da CTRN constam inclusive as dúvidas que o grupo tem. Rodrigo informa que os documentos relativos à criação de cada parque estão dentro dos respectivos processos, processos estes que foram entregues ao COMDEMA. Ressaltou que foi feito um levantamento breve de flora e fauna, por serem fragmentos dentro da cidade que deveriam ser preservados, e que quanto à matrícula, a mesma não foi georreferenciada, o que precisa ser providenciado. Esclarece, todavia, que todos os processos tem memorial descritivo. Cita a mata do Núcleo Isaura Pitta Garmes, que sofreu um incêndio e foi muito danificada no ano passado, que ao lado tem um fragmento conservado e que acredita que

*[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin]*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page]*



COMDEMA

## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ficou de fora do memorial descritivo e também o "faveral" citado na Pousada da Esperança e que há necessidade inclusive de fazer um manejo nestas áreas. Informa que não tem um decreto de cada ARIE, que talvez precise fazê-los separadamente para ter a delimitação exata com georreferenciamento, e que no Plano Diretor foram feitas as audiências públicas abarcando todas estas áreas. Informa que a SEMMA está providenciando Edital para a elaboração do Plano de Manejo da APA do Rio Batalha, que está sendo cobrado pelos empreendedores. Que a Prefeitura está em discussão com a Câmara Municipal para rever a delimitação da área urbana do Rio Batalha pressionada pelo Pamplona e pelas pessoas que adquiriram lotes do empreendimento. Que é uma situação difícil, pois este empreendimento está a montante da captação de água da cidade. Sra. Marcela questiona porque foi escolhido Parque Natural e não ARIE. Rodrigo informa que é o que foi escolhido na época, mas que poderia ser modificado, porque o Plano Diretor tem uma relação grande de categorias. Sra. Marcela enfatiza que os Parques Naturais preveem área de amortecimento e algumas UCs, tais como RPPN e ARIES não. Sra. Alessandra pergunta se mais alguém tem alguma dúvida, pelo tempo decorrido e pelo remanescente de pautas. Sr. Marcomini pergunta ao Prefeito sobre o Vale do Igapó. Rodrigo responde que o Estado está tentando proteger ao menos o Vale 8 e que o Ministério Público está querendo autorizar a reestruturação do empreendimento e isto vai incentivar ainda mais o desmatamento. Que foi apontado para os proprietários que quando forem pedir autorização para desmatar, não terão permissão, por ser área de Cerrado, mas muitos estão querendo correr o risco, então existe um conflito com a Promotoria. Que a Prefeitura não tem como não dar nova diretriz urbanística, porque senão ficariam livres para fazer o que já constava do processo no passado, então foi dada, inclusive de água e esgoto. Sr. Dorival faz a colocação de que a CTRN fez o levantamento de todos os decretos, entendendo que foram feitos na boa intenção, mas deixou clara sua preocupação quanto à efetiva proteção destas áreas. Solicita ao Sr. Prefeito que encaminhe os processos ao COMDEMA para que seja feito o que for necessário para regularizar. Rodrigo responde que quanto às APA's não tem o que ser feito, pois tem que esperar a questão judicial, mas que o restante acredita que o mais importante é fazer o plano de manejo e a regularização do que não tem. Colocou que entende que nas próximas diretrizes a Prefeitura deve ser mais cautelosa propondo conectividade das áreas e que existe uma proposta nova de parcelamento do solo e zoneamento e que a proposta é muito boa e que vai enviar para todos os órgãos como: Sinduscom, Assenag etc. e ao COMDEMA e acha que a cidade vai ganhar tanto no setor público como no empresarial. Sr. Alfredo diz que o Estado faz o licenciamento da área urbana e questiona se não

*[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'jane' and '4/8']*

COMDEMA



## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

seria interessante passar para o município. Rodrigo diz que sabe que o Estado tem interesse em passar algumas coisas ao município, como por exemplo licenciamento de árvores isoladas, mas que acha que não tem interesse em passar loteamentos e supressão de fragmentos. Sra. Flávia se manifesta dizendo que acha que por meio da formalização de um convênio entre a Prefeitura e o Estado pode ser passado o licenciamento para o município. Terminadas as discussões, Sra. Alessandra pergunta ao Prefeito se ele tem alguma informação sobre a regularização do COMDEMA. Responde que pela visão de uma das procuradoras da Prefeitura, há necessidade de discussão do mérito da Lei do COMDEMA a fim de se avaliar o decreto, tendo feito parecer no sentido de que os membros não podem ser indicados por mais de 02 anos. Esclarece que o Projeto de Lei para alteração da Lei do COMDEMA permitindo-se a recondução dos membros já foi enviado à Câmara. Sra. Alessandra pergunta se o decreto de nomeação sairá, ao que responde que o enviou para a Câmara Municipal, sendo o mesmo barrado pela procuradora, que enviou apenas o projeto de Lei. Sra. Alessandra agradece ao Sr. Prefeito e conduz a reunião para o segundo item da pauta com a apresentação da Sra. Gilda (SEMMA) sobre o Programa Município Verde Azul 2015. Sra. Gilda informa que o programa está em fase de levantamento de informação, mostra todos os pontos que o município atende e o que está com dificuldades de obter informações. Alguns Conselheiros se manifestam respondendo e dando sugestões aos pontos que ela tem dificuldades. Sra. Gilda faz um pedido ao Conselho para liberação de dinheiro pelo FMMA para a aquisição de um opacímetro, que custa em torno de R\$ 30.000,00, equipamento este que faz a medição de fumaça preta. Esclarece que ainda não possui dados sobre o custo exato. Sra. Alessandra pede que a SEMMA oficialize o pedido ao COMDEMA, com a apresentação de orçamentos, a fim de que o pedido seja avaliado. Sra. Gilda informa sobre a necessidade de levar uma Declaração assinada pelos membros do Conselho de que os mesmos tomaram ciência da apresentação do RGA (Relatório de Gestão Ambiental), tendo em vista que a Ata desta reunião não ficará pronta até o prazo (29/09). Todos os Conselheiros presentes assinam a Declaração. Sra. Sirlei sugere que ela envie uma cópia da lista de presença do COMDEMA junto à Declaração. Sra. Alessandra dá continuidade à pauta e explica sobre a necessidade de realizar-se uma eleição para indicação de membros do COMDEMA para representação junto ao Conselho de Transparência. Informa que até o momento há dois inscritos: Sr. Cláudio Kóffani (CIESP) e Sr. Jonathan (BATRA). Dada oportunidade para que outros se manifestem, os mesmos ficam silentes. Sra. Alessandra ressalta a preocupação da Sra. Mayra no tocante ao compromisso assumido pelos membros eleitos,



COMDEMA

## CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

solicitando dos mesmos, comprometimento e assiduidade nas reuniões, bem como, retorno ao Conselho. Sr. Jonathan coloca que se inscreveu porque gostaria de participar, mas que não faz questão de ser o titular. Então sugere o nome do Sr. Cláudio como titular e o dele como suplente. Colocado em votação, é aprovado por unanimidade. Sra. Alessandra pergunta se alguém tem alguma manifestação na pauta livre. Sr. Sérgio (DAEE) diz ao Sr. Prefeito que a tempos tem requisitado uma manifestação do Fórum Pró Batalha sobre o que vingou ou não dos plantios feitos ao longo dos últimos anos nos projetos do Fórum e que o Sr. Gabriel confundiu os pedidos, entendendo que teria de prestar contas e se negou a informar. Sr. Rodrigo diz que andou percorrendo os plantios e que muitas árvores vingaram e muito bem. Que no trecho da Rodovia Bauru/Ipaussú é que tem problemas por causa dos pescadores nos finais de semana. Na Bauru/Piratininga nota-se que tem muita "pioneira" e que algumas plantas tiveram problemas com falta de adubação, então as árvores não estão muito bonitas. No Córrego do Ventura tem problemas sérios com o gado que fica no local. Que os Córregos São José, Leopoldo, Lagoa Dourada estão maravilhosos, mas que percebe que faltaram monitoramento e acompanhamento destes plantios. Que o Fórum buscou recursos, mas ainda não sabe se será liberado pelo governo. Que acima da captação de água do DAE existem algumas lacunas, onde os proprietários não autorizaram na época o plantio. Que o maior problema é que precisa de uma pessoa de campo para fazer um trabalho mais de perto com os proprietários, que o Gabriel é um profissional mais de projeto e não de campo. Diz que entende que deve-se plantar mais o "Ingazeiro" que é a espécie mais nativa do Batalha, que observa isso ao longo do Rio até Reginópolis. Sr. Sérgio esclarece serem estas as informações buscadas, pois acredita ser muito importante não se cometer os mesmos erros do passado para que dê certo os plantios. Rodrigo sugere que o Conselho faça uma visita técnica a estes locais. Sem mais, as 11h50 deu-se por encerrada a reunião e eu, Giselda Passos Giafferis \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

-----  
SEMMA

-----  
SMS

-----  
DAE

6/8

MARCELA



COMDEMA

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, SALTO - SP

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Manuela M.A. Bessa*

SMOP

SEPLAN

SAGRA

*[Signature]*

SME

*[Signature]*

IBAMA

*[Signature]*

PAMB

*[Signature]*

IF

*[Signature]*

CATI

*[Signature]*

DAEE

*[Signature]*

CETESB

*[Signature]*

FF

\_\_\_\_\_

IBDA

\_\_\_\_\_

AGB

*[Signature]*

VIDÁGUA

*[Signature]*

USC

*[Handwritten signature]*



COMDEMA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA AO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

-----  
--

OAB

*J. M. Talameiro*

UNESP

*[Handwritten signature]*

ASSENAG

-----  
--

ABES

Fórum Pró-Batalha

IAB

-----  
--

CIESP

EMDURB

BATRA

*Thiago Leonardo Martins*

-----  
--

SECOVI

ASTEN

CREA